



Vereador Moacir Cova enfrenta julgamento que pode cassar mandato

Câmara de Itu decide futuro político de Moacir Cova na sexta

A Câmara Municipal de Itu realiza, na sexta-feira (31), às 10h, a 8ª Sessão Extraordinária do ano para julgar o pedido de cassação do vereador Moacir Cova. O processo segue, segundo a Casa, em conformidade com o Decreto-Lei nº 201/1967, o Regimento Interno e determinações judiciais. Na última sexta-feira (24), foram ouvidas as testemunhas e realizado o interrogatório do parlamentar, com garantia do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Encerrada a fase de instrução, a Comissão Processante elaborou o relatório final, que será apreciado em plenário. A sessão será aberta ao público, respeitando a capacidade do plenário, e terá transmissão ao vivo pela TV Câmara de Itu. Além da defesa oral do vereador ou de seu procurador, os parlamentares realizarão a votação nominal sobre o relatório da Comissão Processante.

Melhado receberá reformas, mas não há prazo

A Prefeitura de Araraquara informou que a Unidade de Retaguarda e Diagnóstico Dr. José Roberto Poletti, na Vila Melhado, passará por reparos estruturais. Entre as melhorias previstas estão pintura, troca de maçanetas, adequações nos banheiros e outras intervenções. Em resposta a requerimento do vereador Enfermeiro Delmiran, a administração também afirmou que há previsão de ampliar os leitos da unidade, mas sem informar prazos ou valores. A ampliação depende do fim das restrições fiscais vigentes.



Prefeitura ainda não divulgou prazos e valores da intervenção

Livro voltará às escolas de São José dos Campos

A Justiça determinou que a Prefeitura de São José dos Campos devolva às escolas municipais o livro Meninas Sonhadoras, Mulheres Cientistas, retirado após críticas de um vereador. A decisão também proíbe novo recolhimento ou restrição de acesso por motivos político-ideológicos e fixa multa diária de R\$ 500 em caso de descumprimento. A ação foi movida pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, que apontaram censura, violação ao direito à educação e ao pluralismo de ideias. O município terá de restituir a obra ao acervo escolar.

Sabesp prevê universalização até 2029

Representantes da Sabesp participaram de reunião da Comissão de Finanças da Câmara de Bragança Paulista para prestar esclarecimentos sobre os serviços após a privatização. A empresa afirmou que a universalização do abastecimento de água no município deve ser concluída até 2029. Vereadores cobraram melhorias no atendimento, mais agilidade nos reparos após obras e maior transparência sobre os serviços prestados.

Temporal em Ribeirão

Após o temporal da última sexta-feira (24), a Prefeitura de Ribeirão Preto resgatou 13 cães e gatos em situação de risco e distribuiu 400 quilos de ração para famílias vulneráveis e cuidadores independentes. Os animais recebem atendimento veterinário e, após a recuperação, serão encaminhados para adoção responsável.

Nota alta no transporte

O transporte público de São José dos Campos alcançou, em junho, a maior nota da série histórica da Indsat, iniciada em 2020. O serviço recebeu 666 pontos, índice de alto grau de satisfação e acima da média das cidades de grande porte. O resultado acompanha a implantação do novo sistema de transporte no município.

CEI do estacionamento

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) do Estacionamento Rotativo da Câmara de Bauru realiza, nesta quinta-feira (30), mais uma rodada de oitivas sobre o contrato entre a Emdurb e o Consórcio Park Bauru. Serão ouvidos o secretário da Fazenda, Everson Demarchi, e o gerente da Emdurb, Rafael Kendi Rodrigues Terada.

Fórum Inter-religioso

Bragança Paulista aprovou, em primeiro turno, o projeto que cria o Fórum Inter-religioso Municipal para promover a cultura de paz e combater a intolerância religiosa. Também foram aprovadas propostas sobre saúde bucal reconstrutiva e proteção ao bem-estar animal durante eventos. As três matérias seguem para nova votação em plenário.

Lei sobre jogos de azar

Sorocaba instituiu uma campanha permanente de conscientização sobre os riscos dos jogos de azar e das apostas. A nova lei prevê ações contínuas de orientação para prevenir o vício, incentivar políticas de reabilitação e fortalecer o acolhimento na rede municipal de saúde, com foco na proteção de menores e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Contrato do Ispasp

O vereador André Bandeira (PSDB) protocolou requerimento pedindo esclarecimentos sobre o contrato de R\$ 7,6 milhões entre a Prefeitura de Piracicaba e a Fipe para estudos sobre o Ispasp. O parlamentar quer detalhes da execução dos serviços e da relação do trabalho com a proposta de reforma da previdência dos servidores municipais.



Decisão da Justiça busca proteger atletas e evitar novos casos de assédio

Justiça manda afastar instrutor acusado de assediar atletas

Denúncias apontam casos em entidade esportiva de São José dos Campos

Da **Redação**

A Justiça determinou o afastamento imediato de um instrutor acusado de importunação sexual e assédio contra atletas mulheres, em sua maioria adolescentes, em uma entidade esportiva de São José dos Campos. A decisão liminar, obtida pela Defensoria Pública, também estabelece uma série de medidas para proteger as vítimas e prevenir novos episódios de violência. O processo tramita em segredo de Justiça e, por isso, informações que possam identificar os envolvidos foram preservadas.

Além do afastamento, o instrutor está proibido de se aproximar das vítimas, testemunhas e familiares, devendo manter distância mínima de 300 metros. Também não poderá fazer contato por telefone, mensagens, redes sociais ou qualquer outro meio de comunicação.

A decisão ainda determina que a entidade esportiva permita o acompanhamento dos treinos por pais e responsáveis e não impeça que as atletas utilizem celulares ou façam registros em vídeo durante as atividades. Ao Município de São José dos Campos, a Justiça determinou a fiscalização da entidade e das

demais equipes vinculadas ao programa municipal de formação de atletas, além da manutenção do atendimento psicológico às vítimas pela rede pública de saúde.

Em caso de descumprimento das determinações impostas à entidade esportiva ou ao município, foi fixada multa diária de R\$ 1 mil, limitada inicialmente a R\$ 50 mil.

Segundo a Defensoria Pública, atletas, familiares e testemunhas relataram comportamentos invasivos e de conotação sexual praticados pelo instrutor. A ação aponta que ele teria se aproveitado da posição de autoridade para realizar contatos físicos sem consentimento, observar insistentemente o corpo das atletas e fazer comentários inadequados. Boletins de ocorrência e depoimentos integram o processo.

A Defensoria informou ainda que as vítimas procuraram a direção da entidade esportiva e a polícia antes do ajuizamento da ação, mas não obtiveram proteção efetiva. Algumas atletas teriam abandonado os treinamentos. A Justiça considerou a vulnerabilidade das vítimas, o risco e a necessidade de proteção. As decisões ainda são provisórias e poderão ser reavaliadas durante o processo.